

O QUE PENSAMOS SOBRE O ESTÁGIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA? (TÍTULO MAIÚSCULO NEGRITADO)

NOME COMPLETO AUTOR 1 (MAIÚSCULA)

e-mail do autor 1 (minúscula)

NOME COMPLETO AUTOR 2 (MAIÚSCULA)

e-mail do autor 2 (minúscula)

Pensar o estágio em Educação Especial na atualidade (2022) requer a articulação com perspectivas inclusivas que possibilitem concretizar direitos e acolhimento das pessoas com deficiência na escola regular.

Nessa assertiva é uma ação que, assim como a modalidade Educação Especial, revela transversalidade, ou seja, por conceber a educação em todos os níveis ao longo da vida, da educação infantil ao ensino superior, exhibe grau de complexidade e maiores exigências.

Tais desafios acabam por serem confrontados no chão da escola quando a inclusão assume sua concretude na presença dos estudantes vinculados a Educação Especial, outra condição singular é expressa na intersetorialidade derivada das necessidades específicas de cada estudante, o que pode requerer ação de profissionais da saúde, logo estagiários de outra área tendem a colaborar na situação, aprendendo com a escola.

Pensar as possibilidades de colaboração entre educação e saúde passa a ser mais um desafio, pois é preciso delinear e compreender as diferenças do trabalho a ser desenvolvido pelos estagiários dessas duas áreas na escola. Há de se recuperar o enfrentamento histórico dos pressupostos biológicos que anteriormente inferiorizavam a deficiência e condicionavam às relações filantrópicas e de exclusão na sociedade, bem como a ontologia da função escolar na modalidade da Educação Especial para inclusão (PACHECO, 2007).

Essas são algumas das problematizações que o estágio na Educação Especial precisa encarar de forma política, filosófica, social e prática. Para tanto, atentar aos desafios daqueles que estão em formação e convivem no acompanhamento do cotidiano escolar dos estudantes vinculados a Educação Especial pode potencializar ideias para transformação da realidade.

Enfim, convidamos às narrativas e ao diálogo. Quais ações e desafios os estagiários dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Ciências Agrícolas observam no acompanhamento dos estudantes vinculados a Educação Especial? Conte-nos sua história de forma articulada com a linguagem científica, dentro dos preceitos éticos pertinentes ao pesquisador da área da educação e faça proposições para que possamos partilhar vivências no I Seminário de Educação Especial e Inclusiva do Ifes Itapina 2022.

E o que é narrar cientificamente? Para produção desse texto você vai precisar relacionar teoria e prática. Contar uma história com olhar voltado para a formação profissional acadêmica requer atentar para o contexto real da escola e tecer relações críticas que sejam repensadas e sustentadas para possibilidades de intervenção e melhorias numa perspectiva inclusiva.

O resumo deve ser escrito em fonte Arial – 12; ter entre 1 e 3 páginas e espaço entre linhas de 1,5 com recuo de 1,25 no parágrafo; se aproximar da linguagem científica e associar **no mínimo**: uma referência atual na área da Educação (Artigo da Educação Especial), um livro e uma legislação voltados para temática; não use primeira pessoa, nem identifique nomes reais no seu texto. **Exemplo:**

Cientes de que o campo da Educação é construído por desafios constantes, estar inserido no estágio da Educação Especial na perspectiva Inclusiva requer um olhar amplo para as diversas possibilidades de ensinar e aprender. Pinheiro (2003, p.109) afirma que, na área de deficiência, a trajetória das políticas públicas no Brasil se apresenta em três fases distintas e que coexistem: a tradicional-caritativa, a de reabilitação e a de autonomia pessoal ou vida independente. Buscando potencializar a autonomia dos sujeitos, as políticas públicas no país visam fundamentar e garantir de maneira legal uma educação inclusiva, numa modalidade transversal de qualidade e acessível para todos (BRASIL, 1996, 2008).

A educação especial busca ampliar as potencialidades a partir de práticas que corroborem no desenvolvimento da comunicação e interação entre os sujeitos. É válido refletir que para a aprendizagem ocorrer de maneira inclusiva é necessário conhecer as vivências e os conhecimentos prévios dos sujeitos

envolvidos no espaço escolar, para que nossas palavras se aproximem de nossas ações (FREIRE, 2003).

Trata-se, claramente, da compreensão de uma pedagogia, de um modo de conduzir a instrução, em direção a “incorporação da cultura” pelas crianças e jovens com e sem deficiência: “[...] desaparece a velha concepção sobre o próprio caráter da educação. Onde a antiga teoria podia falar sobre cooperação, a nova fala em luta (PADILHA, SILVA, 2020, p.113).

Durante o percurso no estágio com estudante vinculado à Educação Especial foi possível perceber que ainda existem barreiras ligadas ao campo do currículo e das práticas pedagógicas. Dentre estas barreiras, as relações de maior importância referem-se a questões atitudinais, como a visão estereotipada que os profissionais da Educação costumam ter de seus estudantes com deficiência durante as práticas e atividades.

Essa relação pode ser associada com a justificativa dos docentes de que não se sentem preparados para atuar com os estudantes vinculados a Educação Especial (ARTIGO, ANO), entretanto tal ideia perde sustentação, visto que há profissionais habilitados na escola, professores de Educação Especial para articulação do planejamento e formações. Por exemplo, o que fica perceptível no trabalho com estudantes com deficiência intelectual é a falta de metodologias com materiais concretos no cotidiano escolar para possibilitar motivação, acessibilidade ao conhecimento e inclusão, o que poderia ser superado através do planejamento do Bom Ensino, aquele que antecede as necessidades (VIGOTSKI, 2011).

O estágio na Educação Especial possibilitou a ampliação de horizontes para a atuação ao reconhecer a necessidade de formação continuada como fundamentação para ações didáticas inclusivas diferenciadas. Logo, deve-se fomentar a efetivação de Políticas Públicas locais direcionadas para formação continuada na atuação com os estudantes vinculados a Educação Especial na perspectiva inclusiva e presar pela produção de material didático, acesso curricular, equidade nas relações sociais e educação de qualidade para todos.

Referências

BRASIL. **Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PACHECO, José et al. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PADILHA, A. M. L.; SILVA, R. H. R. Pedagogia histórico-crítica e a educação escolar das pessoas com deficiência. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, n.esp.1, esp.062020, p.103-125, dez. 2020.

PINHEIRO, H. L. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. In: SILVA, S. e VIZIM, M. (Orgs.). Políticas Públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

VIGOTSKI, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2011.